



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 24 A 28 DE FEVEREIRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 523/XII](#)

1ª alteração à Lei n.º 74/2013, de 6 de Setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respectiva Lei.
Autoria CDS-PP

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 207/XII](#)

Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

[Lei n.º 9/2014. D.R. n.º 38. Série I de 2014-02-24](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de activos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais activos

AERONÁUTICA

[Despacho n.º 3295/2014. D.R. n.º 42. Série II de 2014-02-28](#)

Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

Alienação de Aeronaves SA-330 PUMA - Início de procedimento

CONSUMIDOR

Foi publicado, no passado dia 14 de Fevereiro, o Decreto-Lei n.º 24/2014, que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a Directiva n.º 2011/83/EU relativa aos direitos dos consumidores.

Divulgamos [Nota Informativa sobre as "Novas Regras para os Contratos Celebrados à Distância"](#), elaborada pela Equipa de Direito do Consumidor.

Versão Inglesa: [New Rules of Distance Contracts](#)

ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 32/2014. D.R. n.º 42, Série I de 2014-02-28](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Estabelece disposições tendentes a assegurar adequadas condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Eléctrico Nacional, procedendo ao diferimento, a título excepcional, do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2012 devido pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, nos termos previstos no [Decreto-Lei n.º 240/2004](#), de 27 de Dezembro

FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 29/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25](#)

Ministério das Finanças

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 69/2004](#), de 25 de Março, que regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial

BANCO DE PORTUGAL

[Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2014. D.R. n.º 42, Série II de 2014-02-28](#)

Banco de Portugal

Altera o aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de Dezembro, que definiu as condições de exercício, os procedimentos e os mecanismos necessários ao cumprimento dos deveres legais de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo

[Comunicado do Banco de Portugal sobre a aplicação de taxas máximas nos cartões de crédito e linhas de crédito](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[CMVM Delibera o Levantamento da Suspensão da Negociação das Ações da Mota-Engil, SGPS, S.A.](#)

FISCAL

[Declaração de Rectificação n.º 11/2014. D.R. n.º 38, Série I de 2014-02-24](#)

Assembleia da República

Declaração de rectificação à [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de Dezembro, sobre «Orçamento do Estado para 2014», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 253, 1.º suplemento, de 31 de Dezembro de 2013

[Portaria n.º 47/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25](#)

Ministério das Finanças

Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015 e revoga a [Portaria n.º 166/2013](#), de 29 de Abril

[Portaria n.º 47/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25](#)

Ministério das Finanças

Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015 e revoga a [Portaria n.º 166/2013](#), de 29 de Abril

[Despacho n.º 55/2014-XIX, de 27 de Fevereiro](#)

Dispensa de apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, por referência ao ano de 2013, pelos pequenos agricultores.

[Despacho n.º 54/2014-XIX, do SEAF, de 27/02](#)

Prorrogação do prazo para a comunicação, cálculo e reclamação do montante do incentivo - reforma da facturação

[Síntese da Execução Orçamental de Janeiro de 2014 \(Fonte: DGO\)](#)

PENAL

[Tribunal Constitucional declara inconstitucionalidade do artº 381.º, n.º 1 do CPP](#)

O TC declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do art.º 381º, n.º 1, do CPP, na redacção introduzida pela Lei n.º 20/2013, de 21/02, na interpretação segundo a qual o processo sumário é aplicável a crimes cuja pena máxima abstractamente aplicável é superior a cinco anos de prisão.

[Acórdão do Tribunal Constitucional.º 171/2014](#)

“Decide-se declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 8.º, n.º 7, do Regime Geral das Infrações Tributárias, na parte em que se refere à responsabilidade solidária dos gerentes e administradores de uma sociedade que hajam colaborado dolosamente na prática de infracção pelas multas aplicadas à sociedade, por violação do artigo 30º, n.º 3, da Constituição”

PROCESSO CIVIL

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2014. D.R. n.º 39, Série I de 2014-02-25](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Transitada em julgado a sentença que declara a insolvência, fica impossibilitada de alcançar o seu efeito útil normal a acção declarativa proposta pelo credor contra o devedor, destinada a obter o reconhecimento do crédito petitionado, pelo que cumpre decretar a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos da alínea e) do art. 287.º do C.P.C.

[Acórdão n.º 657/2013. D.R. n.º 38, Série II de 2014-02-24](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucionais as normas do artigo 763.º do Código de Processo Civil, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Agosto

PRODUTOS EXPLOSIVOS

[Portaria n.º 51/2014. D.R. n.º 42, Série I de 2014-02-28](#)

Ministério da Administração Interna

Primeira alteração à [Portaria n.º 1307/2010](#), de 23 de Dezembro, que actualiza o valor das taxas para o Fundo de Fiscalização de Explosivos e Armamento

SAÚDE

[Declaração de Rectificação n.º 11-A/2014. D.R. n.º 38, Suplemento, Série I de 2014-02-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 45/2014](#), de 21 de Fevereiro, do Ministério da Saúde, que procede à quinta alteração à [Portaria n.º 924-A/2010](#), de 17 de Setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos, Publicada no Diário da República n.º 37, 1.ª Série, de 21 de Fevereiro de 2014

[Despacho n.º 3235/2014. D.R. n.º 41, Série II de 2014-02-27](#)

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Saúde

Fixa, para o ano de 2014, o número de médicos aposentados que podem ser contratados pelos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde

TMT

[ERGP adopta programa de trabalho para 2014](#)

Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços Postais (ERGP) adopta programa de trabalho para 2014, previamente submetido a consulta pública

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.º 165/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Fevereiro de 2014, relativo à [utilização de tacógrafos nos transportes rodoviários](#), que revoga o Regulamento (CEE) n.º 3821/85 do Conselho relativo à introdução de um aparelho de controlo no domínio dos transportes rodoviários e que altera o Regulamento (CE) n.º 561/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à harmonização de determinadas disposições em matéria social no domínio dos transportes rodoviários

Diretiva 2014/17/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Fevereiro de 2014, [relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação](#) e que altera as Directivas 2008/48/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento de Execução (UE) n.º 174/2014 da Comissão, de 25 de Fevereiro de 2014, que altera o Regulamento (CEE) n.º 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho que estabelece o [Código Aduaneiro Comunitário relativo à identificação de pessoas no contexto dos acordos de reconhecimento mútuo relativos ao estatuto de AEO](#)

Regulamento (UE) n.º 176/2014 da Comissão, de 25 de Fevereiro de 2014, que altera o Regulamento (UE) n.º 1031/2010, nomeadamente para determinar os [volumes de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a leiloar no período 2013-2020](#)

Regulamento Delegado (UE) n.º 183/2014 da Comissão, de 20 de Dezembro de 2013, que complementa o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos [requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, no que respeita às normas técnicas de regulamentação para especificação do cálculo dos ajustamentos para o risco específico e geral de crédito](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Previsões económicas da UE: recuperação ganha terreno](#)

A economia europeia continua a recuperar na maior parte dos países da UE, embora com um dinamismo e a taxas diferentes. No entanto, devido à acumulação da dívida e à consolidação orçamental na sequência da crise financeira, a recuperação permanecerá frágil.

Todos os principais indicadores apontam para a prossecução da retoma.

[Direito dos contratos de seguros: relatório de peritos assinala obstáculos ao comércio transfronteiras](#)

De acordo com esse relatório, as diferenças existentes a nível do direito contratual constituem um obstáculo à oferta transfronteiras de produtos de seguros, na medida em que geram custos mais elevados e incerteza jurídica, o que dificulta a subscrição de seguros noutro Estado-Membro por parte dos consumidores e das empresas.

[Novas regras para os produtos do tabaco](#)

O Parlamento Europeu aprovou dia 26 de Fevereiro uma revisão da directiva da UE relativa aos produtos do tabaco. O novo diploma reforça as regras sobre a transformação, produção e apresentação dos produtos do tabaco na UE e introduz normas para determinados produtos afins. Na presente nota informativa pretende-se responder a perguntas sobre o que mudará, concretamente, quando a directiva revista entrar em vigor.

[Declaração da CE, do BCE e do FMI sobre a décima primeira missão de avaliação em Portugal](#)

Equipas da Comissão Europeia (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) estiveram em Lisboa de 20 a 28 de Fevereiro para a realização da décima primeira avaliação trimestral do programa de ajustamento económico de Portugal.

CONSULTA PÚBLICA

Energia:

[Estabelecimento das listas de prioridades anuais para o desenvolvimento de códigos de rede e orientações para 2015 e anos seguintes](#)

28.02.2014 – 09.05.2014

Concorrência:

[Projecto de regulamento da Comissão que altera o Regulamento \(CE\) n.º 906/2009 sobre companhias de transportes marítimos regulares \(consórcios\) no que se refere ao seu período de aplicação](#)

27.02.2014 – 31.03.2014

PARLAMENTO EUROPEU

[Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal](#)

O Parlamento Europeu aprovou dia 27 de Fevereiro, a decisão europeia de investigação em matéria penal, cujo objectivo é o da investigação de crimes transnacionais no espaço europeu, reforçando a cooperação entre as autoridades judiciais e fixando prazos para a execução das medidas de investigação, como a obtenção de elementos de prova ou a audição de testemunhas. A Diretiva inclui também disposições para assegurar o respeito pelos direitos fundamentais.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020.

Este documento assenta em quatro princípios chave: a coerência/coordenação entre parceiros; a concentração geográfica e sectorial, privilegiando projectos com dimensão e natureza estruturante; a apropriação, com enfoque no desenvolvimento de capacidades e na sustentabilidade; e a parceria, através da partilha de capacidades e recursos, incluindo fontes de financiamento (com a União Europeia, com outros países no âmbito da cooperação triangular, com países parceiros e com o sector privado).

Definem-se prioridades em termos geográficos e em termos de eixos de orientação estratégica.

Em termos geográficos as prioridades são os PALOP e Timor Leste.

Em termos de eixos estratégicos são apontados dois, a Governação, Estado de direito e direitos humanos, e o Desenvolvimento Humano e os bens públicos fundamentais.

- Diploma de execução orçamental para 2014, estabelecendo as normas que presidem à execução do Orçamento do Estado para 2014.

- Medidas necessárias à execução do Regulamento da União Europeia relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções, vulgarmente designado por EMIR (da designação em língua inglesa *European Market Infrastructure Regulation*), alterando ainda o Código dos Valores Mobiliários.

(...)

OUTROS DOCUMENTOS

[Projecto de Revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais](#)

[Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



"Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano"
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012



"Sociedade de Advogados Ibérica do Ano"
The Lawyer European Awards, 2012



"25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa"
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011-2013

